

CONEPA

CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES
E PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

15ª Edição 2025 | 07 e 08 de novembro
Vitória da Conquista, Bahia (Região Nordeste)

**DA FORMALIZAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO:
LIÇÕES DA CASA DO EMPREENDEDOR DE
GUANAMBI**

Melissa Montalvão Neves
Graduanda em Administração
Universidade do Estado da Bahia
montalvaoneves.adm@gmail.com

Breno Silvão Miranda
Graduando em Administração
Universidade do Estado da Bahia
brenosimiranda@gmail.com

Fabício Ramos Neves
Doutor em Controladoria e Contabilidade
Universidade do Estado da Bahia
fabricioneves@uneb.br

ISSN: 2764-7226

Resumo

O artigo analisa a experiência da Casa do Empreendedor de Guanambi-BA entre 2019 e 2024 como política pública voltada à promoção do empreendedorismo local e à redução da informalidade. A pesquisa, de caráter qualitativo e ainda em desenvolvimento, combina análise documental e entrevistas com gestores e microempreendedores individuais (MEIs), buscando compreender como a política foi estruturada, implementada e percebida pelos seus beneficiários. Os resultados iniciais revelam que a Casa do Empreendedor tem se consolidado como espaço de governança local, promovendo desburocratização, formalização e acesso a serviços, mas ainda enfrenta limitações relacionadas à capacitação técnica, à ausência de acompanhamento sistemático e à fragilidade na articulação interinstitucional. O estudo contribui para o debate sobre políticas públicas de fomento em contextos interioranos, destacando o papel das instituições municipais na criação de ecossistemas de desenvolvimento e novas oportunidades de pesquisa sobre governança, confiança e sustentabilidade empreendedora.

Palavras-chave: Empreendedorismo local. Políticas públicas. Governança. Desenvolvimento econômico. MEI.

Abstract

This article analyzes the experience of the Casa do Empreendedor in Guanambi, Bahia, from 2019 to 2024, as a public policy aimed at promoting local entrepreneurship and reducing informality. The ongoing qualitative research combines document analysis and semi-structured interviews with public managers and individual microentrepreneurs (MEIs), seeking to understand how the policy was structured, implemented, and perceived by its beneficiaries. Preliminary findings indicate that the Casa do Empreendedor has been consolidated as a space for local governance, facilitating formalization, reducing bureaucracy, and expanding access to services. The study suggests that strengthening entrepreneurship in Brazil's inland regions depends less on service volume and more on the institutional capacity to generate learning, social trust, and adaptive governance. The research contributes to the literature on public entrepreneurship policies by highlighting the role of local institutions in shaping development ecosystems and by proposing new avenues of investigation on governance, participation, and entrepreneurial sustainability.

Keywords: Local entrepreneurship. Public policy. Governance. Economic development. Microentrepreneurs.

1. INTRODUÇÃO



15ª Edição 2025 | 07 e 08 de novembro
Vitória da Conquista, Bahia (Região Nordeste)

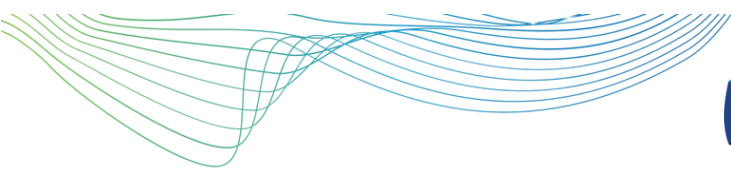
O fortalecimento do empreendedorismo local tem se consolidado como um dos pilares das políticas públicas contemporâneas voltadas ao desenvolvimento econômico e à inclusão produtiva. No Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, o empreendedorismo por necessidade tem assumido papel central diante da escassez de empregos formais e da fragilidade de políticas estruturantes de renda. Nesse contexto, programas de apoio ao Microempreendedor Individual (MEI), criados a partir da Lei Complementar nº 128/2008, tornaram-se instrumentos essenciais para reduzir a informalidade e ampliar o acesso a direitos previdenciários e fiscais. A criação da Casa do Empreendedor de Guanambi, em 2019, surge como resposta a essa realidade, integrando esforços de desburocratização, capacitação e formalização de pequenos negócios no interior da Bahia.

Estudos nacionais e internacionais têm mostrado que políticas de fomento ao empreendedorismo são capazes de promover inclusão social e dinamizar economias locais, mas também enfrentam desafios recorrentes de sustentabilidade e coordenação interinstitucional. Pesquisas recentes, como as de Campanha et al. (2023) no caso de Araraquara-SP e Nogueira (2025), indicam que a simples formalização não garante autonomia econômica, sendo necessário um ecossistema de apoio técnico e financeiro contínuo. Em escala macroeconômica, Schymura (2024), ao analisar dados da FGV/IBRE, aponta que os MEIs já representam cerca de 75% das novas empresas criadas no país nos últimos anos, evidenciando a centralidade desse grupo na economia brasileira. Contudo, Durães (2020) alerta que a formalização, quando desvinculada de políticas estruturadas de suporte, tende a reproduzir vulnerabilidades e não a superá-las.

No cenário internacional, estudos comparativos sobre empreendedorismo local (AMORÓS, 2021; KANTIS, FEDERICO & GARCÍA) reforçam a importância da integração entre políticas de apoio e mecanismos de capacitação, especialmente em economias emergentes, onde o microempreendedorismo é muitas vezes mais um sintoma da precarização do trabalho do que uma escolha voluntária. A literatura converge, portanto, para a necessidade de compreender como políticas públicas de base municipal podem criar condições institucionais favoráveis à consolidação de pequenos negócios e à sustentabilidade econômica.

A partir dessa discussão, emergem duas lacunas principais. A primeira refere-se à escassez de estudos empíricos sobre experiências municipais no interior nordestino, onde o

ISSN: 2764-7226



15ª Edição 2025 | 07 e 08 de novembro
Vitória da Conquista, Bahia (Região Nordeste)

empreendedorismo se estrutura sob condições de menor densidade institucional e acesso restrito a crédito e formação. A segunda diz respeito à ausência de análises sobre a dimensão subjetiva da política pública, isto é, sobre como gestores e microempreendedores percebem e vivenciam as ações implementadas. Esses vazios analíticos são particularmente relevantes, pois comprometem a compreensão integral dos efeitos e desafios da política de fomento ao empreendedorismo local. Diante dessas lacunas, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como a Casa do Empreendedor de Guanambi-BA tem se estruturado e sido percebida como política pública de fomento ao empreendedorismo local?

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo compreender como se estruturaram, foram implementadas e vêm sendo percebidas as ações da Casa do Empreendedor de Guanambi-BA no período de 2019 a 2024, enquanto estratégia de política pública voltada à promoção do empreendedorismo local e à redução da informalidade. A pesquisa ancora-se teoricamente nas contribuições de Capella (2018) e Secchi (2012), que compreendem as políticas públicas como processos interativos e cíclicos, permeados pela negociação de atores, pela aprendizagem institucional e pela governança em rede. Essa perspectiva permite analisar a Casa do Empreendedor como um espaço de intersecção entre Estado, mercado e sociedade civil, um arranjo em que a cooperação se torna condição de efetividade.

A principal contribuição deste estudo reside em oferecer uma leitura empírica e interpretativa sobre uma política pública municipal de fomento ao empreendedorismo em contexto interiorano, destacando como práticas de gestão local podem gerar inovação administrativa, mesmo diante de limitações estruturais. Além disso, a pesquisa busca dialogar com a literatura sobre implementação de políticas públicas, propondo evidências sobre o papel das instituições locais na sustentação de políticas de desenvolvimento econômico.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento, de caráter qualitativo e interpretativo, conduzida por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e microempreendedores individuais atendidos pela Casa. Essa estratégia busca articular as dimensões institucional e experiencial do fenômeno, combinando dados oficiais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico com relatos e percepções dos sujeitos diretamente envolvidos.

Os resultados iniciais revelam que a Casa do Empreendedor de Guanambi tem se consolidado como importante instrumento de governança local, contribuindo para ampliar a

ISSN: 2764-7226

formalização de pequenos negócios, facilitar o acesso a serviços e aproximar o cidadão da administração pública. No entanto, persistem desafios significativos, especialmente quanto à capacitação técnica dos empreendedores, à ausência de consultoria especializada e à carência de mecanismos de avaliação e monitoramento das ações. Tais achados sugerem que o fortalecimento da política depende de sua transformação em um espaço contínuo de aprendizagem, inovação e articulação institucional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender como funciona, na prática, o projeto da Casa do Empreendedor, é importante, antes de tudo, fazer uma análise mais ampla sobre as etapas e os elementos que justificam a criação de políticas públicas voltadas para apoiar os empreendedores informais. As políticas públicas são fundamentais porque organizam as ações do governo para enfrentar problemas sociais e econômicos que afetam a população.

Segundo Capella (2018), políticas públicas fazem parte de uma área das ciências sociais aplicada a entender e propor soluções para problemas coletivos, permitindo que o Estado atue de forma organizada e planejada. Na prática, isso significa transformar demandas da sociedade em ações concretas. Por exemplo, quando muitos trabalhadores estão na informalidade, surge uma necessidade que pode ser transformada em política pública — como é o caso da criação da Casa do Empreendedor.

Dentro desse processo, um conceito muito importante é o de agenda governamental, que representa o conjunto de temas e problemas que o governo escolhe priorizar. Como explicam Cobb e Elder (1971, apud Capella, 2018), a agenda é formada a partir de discussões políticas que definem o que é considerado importante resolver. Isso influencia diretamente como os problemas são percebidos, quais soluções são propostas e quais temas recebem mais atenção. Assim, entender como o pequeno empreendedor passa a ser visto como uma prioridade ajuda a compreender por que políticas como a Casa do Empreendedor são criadas.

Um dos modelos mais conhecidos para entender como as políticas públicas são construídas é a Teoria do Ciclo de Políticas Públicas, proposta inicialmente por Harold Lasswell (1956) e depois desenvolvida por autores como Howlett e Ramesh (2003) e Secchi (2012). Essa teoria mostra que uma política pública passa por várias fases: primeiro, identifica-se o

problema; depois, são pensadas possíveis soluções; em seguida, toma-se uma decisão; implementa-se a política; e, por fim, ela é avaliada e, se necessário, ajustada. Por exemplo, no caso da Casa do Empreendedor, primeiro foi reconhecido que havia muitos trabalhadores na informalidade em Guanambi; depois, buscou-se uma solução prática, que resultou na criação do projeto.

Esse modelo é muito útil porque permite entender onde estão os principais desafios. Será que o problema foi bem identificado? As soluções pensadas foram adequadas? A implementação está funcionando como o planejado? Essa análise ajuda a perceber como o projeto impacta de fato a vida dos empreendedores locais.

Outra abordagem que contribui para essa análise é a dos Múltiplos Fluxos, desenvolvida por John Kingdon em 1984 (com uma grande atualização em 2010), é uma abordagem muito respeitada para analisar a formulação de políticas. Ela foi adaptada para o Brasil por Capella (2018). Essa teoria sugere que uma política pública só entra na agenda quando três elementos se encontram:

O fluxo dos problemas, que são as demandas ou situações que precisam de solução, como (i) o alto número de trabalhadores informais; (ii) o fluxo das soluções, que são as propostas já existentes, pensadas por especialistas ou gestores, como a ideia de criar um espaço de apoio ao empreendedor; (iii) o fluxo político, que é o ambiente favorável, com vontade política dos governantes e condições institucionais para colocar a política em prática.

Quando esses três elementos se alinham, surge uma janela de oportunidade, que é aquele momento certo para que a política seja implementada. Além disso, Kingdon (1984/2011) fala sobre os empreendedores de política, que são pessoas: servidores públicos, líderes comunitários, vereadores, por exemplo; que trabalham ativamente para que certas ideias se tornem políticas públicas. No caso da Casa do Empreendedor, certamente houve pessoas que lutaram para que o projeto saísse do papel.

Além de entender como funcionam as políticas públicas, é fundamental olhar para a realidade dos empreendedores informais. Muitas vezes, quando se fala em informalidade, pensa-se apenas na tentativa de fugir dos impostos ou das regras. No entanto, como explica Nogueira (2025), a informalidade precisa ser entendida como uma estratégia de sobrevivência. São pessoas que, diante da dificuldade de encontrar emprego formal, da burocracia pesada, da falta de acesso a crédito e dos altos custos de se formalizar, encontram no trabalho informal

uma saída para sustentar suas famílias. É o caso de vendedores ambulantes, prestadores de serviços autônomos e pequenos comerciantes.

Diante disso, políticas como a Casa do Empreendedor são muito importantes porque ajudam essas pessoas a saírem da informalidade de forma segura e estruturada. Elas oferecem orientação, acesso a crédito, informações sobre como abrir um CNPJ, capacitações e outros serviços que tornam o caminho da formalização menos burocrático e mais acessível.

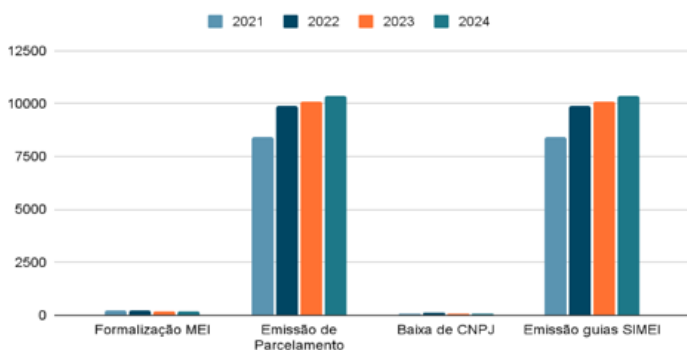
Portanto, este referencial teórico nos permite analisar não só como e por que a Casa do Empreendedor foi criada, mas também quais impactos ela pode gerar no município de Guanambi. Ao entender tanto o funcionamento das políticas públicas quanto às dificuldades enfrentadas pelos empreendedores informais, é possível avaliar de forma mais completa como essa iniciativa contribui para reduzir desigualdades e fortalecer a economia local.

2.1. CONTEXTO

Nos primeiros anos de funcionamento, a Casa do Empreendedor ainda operava de modo incipiente, sem um sistema padronizado de registro. A partir de 2021, com a estruturação administrativa e o início da coleta sistemática de dados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, observa-se um salto na demanda por serviços, com destaque para as atividades de emissão de parcelamentos e guias SIMEI, que ultrapassaram a marca de 10 mil atendimentos anuais entre 2022 e 2024. Esse desempenho reflete a confiança dos microempreendedores na instituição e a consolidação de uma política pública que se tornou parte do cotidiano econômico do município.

A Figura 1 apresenta a evolução dos atendimentos realizados pela Casa do Empreendedor de Guanambi entre 2021 e 2024, evidenciando quatro eixos principais de atuação: formalização de MEI, emissão de parcelamentos, baixa de CNPJ e emissão de guias SIMEI. A análise dos dados mostra um padrão de crescimento e consolidação institucional, confirmando o fortalecimento da Casa como espaço de mediação entre o poder público e o microempreendedor local.

Figura 1: Atendimentos realizados pela Casa do Empreendedor



Comentado [FN1]: Atualizar o gráfico, como figura 1.
Fonte: Times 10

O título da figura deve estar fora da figura

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Guanambi (2025)

O volume expressivo de emissões de guias e parcelamentos indica que o microempreendedorismo local é marcado por forte dependência das rotinas de regularização tributária, o que sugere um perfil predominantemente de empreendedores por necessidade, voltados à sobrevivência econômica mais do que à inovação. Essa dinâmica traduz uma ambiguidade típica das políticas de formalização: elas ampliam o acesso à cidadania fiscal, mas nem sempre conseguem garantir sustentabilidade financeira aos negócios.

As baixas de CNPJ, ainda que numericamente pequenas, revelam outro aspecto importante do fenômeno: a volatilidade dos empreendimentos e as fragilidades estruturais que os cercam. Em muitos casos, os empreendedores entram e saem da formalidade em ciclos curtos, o que expõe as limitações de políticas centradas apenas na abertura de empresas. Esses movimentos reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, que combinem formalização, capacitação e crédito produtivo.

3. METODOLOGIA

Este trabalho integra uma pesquisa em desenvolvimento que tem como propósito compreender como se estruturaram, foram implementadas e vêm sendo percebidas as ações da Casa do Empreendedor de Guanambi-BA entre 2019 e 2024, enquanto estratégia de política pública voltada à promoção do empreendedorismo local. O percurso metodológico adotado combina análise documental e entrevistas semiestruturadas, compondo uma abordagem

interpretativa orientada pela compreensão de significados e práticas sociais no contexto da gestão pública municipal.

A escolha por uma investigação qualitativa se justifica pela necessidade de captar as nuances das experiências dos gestores e microempreendedores, compreendendo como percebem o funcionamento da Casa do Empreendedor e quais sentidos atribuem às políticas de fomento ao empreendedorismo. Essa perspectiva permite observar a política não apenas como um conjunto de normas ou metas, mas como um processo dinâmico de interação entre Estado e sociedade — um espaço onde a formulação, a execução e a recepção da política se entrelaçam.

A coleta de dados vem sendo realizada em duas etapas complementares. A primeira, de caráter documental, abrange a análise de leis municipais, planos de governo, relatórios da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, registros internos da Casa do Empreendedor e publicações oficiais do período de 2019 a 2024. Essa etapa tem permitido mapear a trajetória institucional da política e identificar marcos administrativos e operacionais relevantes.

A segunda etapa, ainda em curso, envolve a realização de entrevistas semiestruturadas com dois grupos principais:

- (a) gestores e servidores públicos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e à Casa do Empreendedor, buscando compreender o processo de concepção, implementação e ajustes da política; e
- (b) microempreendedores individuais (MEIs) atendidos pela Casa, com o intuito de captar percepções, experiências e expectativas quanto aos serviços e impactos do programa em suas atividades econômicas.

As entrevistas iniciais foram conduzidas de forma presencial entre setembro e outubro de 2025, e seguiram um roteiro flexível, que combina perguntas norteadoras e espaço para livre expressão dos participantes. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNEB (CAAE 90210525.6.0000.0057, parecer consubstanciado nº 7.824.947), assegurando a confidencialidade das informações e o respeito à autonomia dos sujeitos, conforme diretrizes éticas da pesquisa qualitativa (Minayo, 2021).

Até o momento, foram realizadas entrevistas iniciais com o gestor responsável pela Casa e com três microempreendedores locais — “Entrevistado 01”, “Entrevistado 02” e “Entrevistado 03” —, cujos relatos iniciais contribuíram para delinear percepções preliminares

sobre o funcionamento da política pública e seus efeitos percebidos no cotidiano dos usuários. Esses depoimentos constituem a base empírica dos resultados apresentados neste artigo, os quais devem ser compreendidos como parciais e exploratórios, representando a primeira etapa de um estudo mais amplo que continuará em desenvolvimento ao longo de 2025.

O tratamento dos dados empíricos segue uma análise interpretativa, orientada pela identificação de categorias emergentes relacionadas à institucionalização da política, às experiências dos microempreendedores e aos desafios de sua sustentabilidade. O processo analítico vem sendo realizado com apoio de planilhas e registros de campo, buscando estabelecer articulações entre as falas dos participantes, os documentos analisados e o referencial teórico adotado (Capella, 2018; Secchi, 2012; Durães, 2020).

Esse percurso metodológico permite compreender a Casa do Empreendedor como um fenômeno institucional em construção, no qual políticas públicas, práticas de gestão e trajetórias individuais se entrelaçam. Assim, os resultados apresentados não buscam oferecer conclusões definitivas, mas apontar indícios e interpretações iniciais sobre os sentidos e desafios dessa experiência de governança pública voltada ao empreendedorismo local.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas iniciais realizadas com o gestor, servidores municipais e microempreendedores individuais permitiram compreender de maneira inicial, sob diferentes perspectivas, o alcance e as limitações das ações desenvolvidas pela Casa do Empreendedor no período de 2019 a 2024. A partir dessas falas, identificam-se três dimensões centrais: a estruturação institucional da Casa, a experiência dos usuários e os desafios de implementação da política pública.

4.1 Estrutura e institucionalização da Casa do Empreendedor

Os dados obtidos indicam que a Casa do Empreendedor resultou de um processo gradativo de consolidação institucional e de aprendizagem organizacional. O relato do gestor Fabrício Lopes mostra que a antiga “Sala do Empreendedor”, criada em parceria entre a Prefeitura Municipal, o SEBRAE e a CDL, evoluiu para um modelo mais robusto e interligado,

integrando-se ao SAC Municipal e reunindo diversos serviços em um único espaço físico e digital. Essa evolução institucional traduz um esforço da gestão pública local em estruturar políticas voltadas à inclusão produtiva, promovendo a formalização e o fortalecimento de pequenos negócios.

“Antes era só uma salinha pequena, com dois computadores e muita vontade. Hoje temos um espaço dentro do SAC, com SEBRAE, IEL e CrediBahia juntos. É outro nível de atendimento”, contou o gestor, sorrindo, como quem mede o caminho percorrido.

Essa trajetória confirma o que Capella (2018) descreve como um processo de formulação e implementação de políticas públicas guiado pela agenda local e pela cooperação entre diferentes atores. A integração entre órgãos municipais, programas de crédito como o CrediBahia e instituições de apoio como SEBRAE e IEL evidencia a aplicação do conceito de governança em rede de Secchi (2012), em que o Estado atua como articulador e não como único executor da política.

A literatura sobre implementação (Secchi, 2012) explica que políticas interinstitucionais exigem coordenação contínua e aprendizado organizacional. O relato do gestor mostra isso em ato: a política se consolida à medida que aprende a se conectar, somando instituições, ajustando rotinas e incorporando novas demandas. Não é apenas a ampliação física do espaço, mas o amadurecimento simbólico da política: a Casa deixa de ser “sala” e torna-se “instituição”.

Além disso, a ampliação de escopo da Casa do Empreendedor demonstra a capacidade de o poder público agir como indutor do desenvolvimento econômico local, articulando políticas de qualificação e crédito às de formalização. Durães (2020) aponta que políticas desse tipo assumem papel estratégico ao transformar demandas sociais, como o desemprego e a informalidade, em oportunidades de crescimento e geração de renda. A experiência de Guanambi reforça essa perspectiva, revelando que a política pública não se restringe ao registro formal, mas avança para a criação de um ecossistema de apoio contínuo ao microempreendedor.

4.2 Percepções e experiências dos microempreendedores

As falas dos microempreendedores entrevistados — “Entrevistado 01”, “Entrevistado 02” e “Entrevistado 03” — revelam percepções que oscilam entre o reconhecimento da importância da Casa do Empreendedor e a identificação de lacunas ainda presentes em sua

atuação. De modo geral, os empreendedores valorizam a acessibilidade e a agilidade dos serviços, destacando a facilidade de atendimento via WhatsApp e a presteza no suporte técnico e fiscal. Um deles relatou: “Tudo é resolvido rápido, até pelo WhatsApp. Eles ajudam a gente na hora de emitir a guia ou tirar o alvará.” Outra empreendedora acrescentou: “A gente se sente acolhida, mas às vezes parece que só lembram da gente quando tem evento.”

Essas percepções confirmam achados de Campanha et al. (2023), que observaram em estudos sobre municípios de médio porte que o êxito de políticas públicas voltadas a pequenos empreendedores depende fortemente da redução da burocracia e da previsibilidade administrativa. A confiança no serviço público, portanto, é um ativo intangível que consolida o vínculo entre Estado e cidadão.

No entanto, emergem também desafios importantes. O entrevistado da “Entrevistado 01” relatou sentir-se “esquecido” em eventos e apontou problemas urbanos, como a falta de iluminação e limpeza em praças de atuação, que afetam o movimento comercial. Já o proprietário do “Entrevistado 02” destacou dificuldades em contratar mão de obra e o enfraquecimento do consumo noturno, o que evidencia limites externos à política de formalização. Esses relatos mostram que a eficácia de uma política pública de empreendedorismo está condicionada não apenas à sua execução técnica, mas também às condições socioeconômicas e infraestruturais do território.

A Casa do Empreendedor de Guanambi avança nesse sentido, mas ainda enfrenta o desafio de transformar a formalização em desenvolvimento sustentável. O baixo engajamento dos MEIs em cursos e oficinas demonstra que o fortalecimento da política requer uma abordagem educativa mais ampla, voltada à gestão, inovação e planejamento financeiro. A Casa do Empreendedor emerge, assim, como espaço híbrido: resolve a burocracia, mas ainda precisa se tornar um centro de aprendizado e redes

4.3 Desafios e oportunidades de aprimoramento

As entrevistas preliminares evidenciam um conjunto de desafios estruturais que limitam a consolidação plena da Casa do Empreendedor como instrumento estratégico de gestão pública. Entre os principais, destacam-se a baixa adesão dos microempreendedores às capacitações, a escassez de recursos humanos e financeiros para manutenção das atividades e a

ausência de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação. Esses aspectos correspondem ao que Secchi (2012) denomina “fragilidades da fase de implementação”, em que a distância entre o planejamento e a execução é determinada pela capacidade administrativa e orçamentária da política.

Por outro lado, o gestor relatou avanços importantes, como a criação de uma unidade específica de atendimento a mulheres empreendedoras, novas parcerias com o SENAI e o IEL, e atualizações legais que simplificam o uso de espaços públicos por MEIs e regulam o microcrédito. Essas ações representam tentativas de aprimorar o desenho institucional da política, demonstrando que a Casa do Empreendedor é um organismo dinâmico, capaz de se adaptar às demandas emergentes.

Essas iniciativas expressam um movimento de inovação na gestão pública local, reforçando a tese de Capella (2018) de que políticas públicas eficazes dependem de processos de aprendizagem institucional e de ajuste contínuo. Ainda assim, o caminho para a consolidação de uma política sustentável exige integração com outras frentes de desenvolvimento, como educação empreendedora, qualificação técnica e incentivos fiscais.

Os resultados iniciais permitem apontar que a Casa do Empreendedor de Guanambi constitui uma experiência de política pública municipal voltada ao fortalecimento do empreendedorismo local. Ela contribuiu para reduzir barreiras à formalização, simplificar o acesso a serviços e criar um ambiente mais favorável à geração de renda. No entanto, a análise das entrevistas demonstra que o sucesso dessa política depende de uma gestão pública dialógica e participativa, que reconheça a diversidade dos atores envolvidos e as especificidades territoriais.

À luz de Capella (2018) e Secchi (2012), a experiência de Guanambi reflete uma forma de governança em rede, na qual Estado, mercado e sociedade civil atuam conjuntamente na promoção do desenvolvimento local. Contudo, ela também confirma a advertência de Durães (2020): a formalização, quando desvinculada de políticas de suporte e capacitação, tende a reproduzir vulnerabilidades e manter microempreendedores em condição de instabilidade econômica.

Portanto, as evidências indicam que a Casa do Empreendedor tem se consolidado como política de inclusão produtiva e desburocratização, mas sua maturidade institucional ainda requer o fortalecimento de três eixos: (1) formação continuada dos microempreendedores; (2)

criação de indicadores e instrumentos de monitoramento; e (3) ampliação da articulação intersetorial. A consolidação desses pilares tem o potencial de transformar a Casa do Empreendedor não apenas em um espaço de formalização, mas em um verdadeiro laboratório de desenvolvimento local e inovação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados iniciais apresentados permitem compreender que o fortalecimento do empreendedorismo local ultrapassa a esfera da formalização e se consolida como um processo de construção institucional e de aprendizagem coletiva. As evidências sugerem que políticas públicas como a Casa do Empreendedor ganham sentido quando conseguem equilibrar atendimento burocrático, apoio técnico e criação de vínculos sociais duradouros. Essa dinâmica confirma que o desenvolvimento econômico local não depende apenas da existência de políticas de incentivo, mas de sua capacidade de articular-se em redes de cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil.

Observa-se que os achados desta pesquisa reforçam a importância das instituições municipais. A experiência de Guanambi ilustra como as políticas locais podem, mesmo com limitações de estrutura e recursos, produzir arranjos de governança que aproximam os cidadãos da gestão pública e conferem legitimidade às ações estatais. O caso também revela que a efetividade dessas políticas está diretamente associada à sua natureza adaptativa — à habilidade de ajustar rotinas, reconhecer falhas e incorporar novas práticas de gestão de forma reflexiva e incremental.

Essas constatações ampliam o horizonte de investigação sobre políticas de empreendedorismo ao destacar a relevância das dimensões subjetivas e relacionais da política pública — como confiança, engajamento e reconhecimento —, que frequentemente escapam das análises tradicionais centradas em indicadores quantitativos de desempenho. A partir disso, abre-se espaço para novas agendas de pesquisa interessadas em compreender como a percepção dos atores envolvidos afeta o ciclo de vida das políticas, como a cooperação interinstitucional molda a aprendizagem administrativa e como o território influencia a configuração dos ecossistemas empreendedores.

Por fim, o impacto deste estudo inicial reside em evidenciar que políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, quando observadas a partir de contextos locais, oferecem não apenas dados sobre desempenho econômico, mas narrativas sobre o modo como o Estado se faz presente no cotidiano das pessoas. Essa perspectiva convida futuros pesquisadores a explorar o empreendedorismo não como fenômeno isolado, mas como prática social que expressa arranjos de poder, cultura e governança. Dimensões que, compreendidas em conjunto, podem redefinir as fronteiras entre política pública e desenvolvimento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORÓS, José Ernesto et al. Guest editorial: the entrepreneurship challenges in Latin America. **European Business Review**, v. 33, n. 6, p. 837–848, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/EBR-10-2021-0225>>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e institui o Microempreendedor Individual – MEI. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 22 dez. 2008. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/lcp/Lcp128.htm>>. Acesso em: 1 mai. 2025.

CAMPANHA, Lucas Jose; DE LORENZO, Helena Carvalho; FONSECA, Sergio Azevedo; RAMALHEIRO, Geralda Cristina de Freitas; BARBOZA, Ricardo Augusto Bonotto. A implementação da lei do microempreendedor individual – MEI (128/2008) no município de Araraquara-SP. **Revista Brasileira Multidisciplinar – ReBraM**, v. 20, supl. n. 1, p. 71-80, 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de Políticas Públicas*. 1ª ed. Brasília: **Enap**, 2018. 151p.

DURÃES, B. J. O TRABALHO INFORMAL DE RUA RECONFIGURADO: sua função como agente da acumulação. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 33, p. e020023, 2020. DOI: 10.9771/ccrh.v33i0.28167. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/28167>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GUANAMBI. *Empreendedores do Programa “Ambulante Legal” de Guanambi recebem licenças de funcionamento e participam de palestra*. **Prefeitura Municipal de Guanambi**, 2024. Disponível em: <https://www.guanambi.ba.gov.br/noticias/empreendedores_do_programa_%E2%80%99Cambulante_legal%E2%80%9D_de_guanambi_recebem_licencas_de_funcionamento_e_participa_m_de_palestra_-24955>. Acesso em: 10 jun. 2025.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. Agenda-setting: policy determinants, policy ideas, and policy windows. Studying public policy. Policy cycles and policy subsystems, p. 120-142, 2003.

KANTIS, Hugo D.; FEDERICO, Juan S.; GARCÍA, Sabrina Ibarra. Entrepreneurship policy and systemic conditions: Evidence-based implications and recommendations for emerging countries. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 72, p. 100872, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.seps.2019.100872>>. Acesso em: 22 set. 2025.

KINGDON, JOHN ALLISON. Agendas, Alternatives And Public Policies, Update Edition, With An Epilogue On Healthcare/Essence... Of Decision: Explaining The Cuban Missile Crisis. Pearson Education Limited, 2011.

LASSWELL, Harold D. The political science of science: An inquiry into the possible reconciliation of mastery and freedom. American Political Science Review, v. 50, n. 4, p. 961-979, 1956.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021. DOI: 10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/506>>. Acesso em: 1 maio. 2025.

NOGUEIRA, M. O. “Não Me Tragam Problemas, Tragam-me Soluções!” Acreditem, elas podem estar nas micro e pequenas empresas. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, v. 14, e2599, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e259>>. Acesso em 16 maio. 2025.

PINHO, Ana Paula Moreno; SILVA, Clayton Robson Moreira da. Abordagem cognitivo-reflexiva na pesquisa qualitativa: estratégia para a prática de entrevista semiestruturada. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 13, n. 34, p. 314-334, maio./ago. 2025. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/issue/view/35>>. Acesso em: 14 maio. 2025.

SECCHI, Leonardo. Formação da Agenda: método de Policy Advocacy para ensino de Políticas Públicas. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 1, p. 32-47, 2012.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. MEI puxa criação de empresas no Brasil, o que requer atenção para políticas públicas voltadas para o empreendedorismo. **Carta do IBRE**, v. 78, n. 03, p. 8-11, março 2024.